

QUANTOS ARTISTAS PERDEREMOS MAIS?

Este ano, a mídia noticiou caso de menino de 12 anos que se matou, em Vitória, vítima de bullying homofóbico na escola. Descrito como criança “alegre e sonhadora”, Roliver de Jesus teria sido continuamente vítima de agressões nas quais era chamado de “bicha”, “gay” etc. Véspera de carnaval, escreveu carta anunciando seu suicídio e enforca-se. Uma colega de Roliver declarou: “ele dizia que queria ser um grande artista”.

Fatos assim não são raros no Brasil e em outros países. Para muitas crianças e jovens, a escola tem sido o lugar para o aprendizado do olhar do preconceito, do estigma e da injúria, seja para praticá-los contra outros, seja para suportar a violência de que se é vítima. Esse aprendizado muitas vezes ocorre simultaneamente com a aprendizagem da própria língua. Aprende-se muito cedo que se pode maltratar alguém com palavras e outros aprendem a carregar por muito tempo (ou para sempre) as sequelas de insultos que funcionam como espécie de interdito à existência. Designados logo cedo por palavras como “bicha”, “veado”, “mulherzinha”, “sapatão”, meninos e meninas, confusos com os sentidos desses termos, vão tendo seus destinos sociais traçados, quando ainda eles pouco ou nada sabem de si. Destinos que podem variar muito: sorte quando são belos! Outros destinos atam alguns sobreviventes ao signo de sua vulnerabilidade psicológica e social produzida pelo estigma.

A pergunta que cabe fazer é: por que razão o governo federal brasileiro deixou de implantar o programa Escola sem Homofobia, sendo o bullying homofóbico na escola tão corriqueiro e de efeitos tão perversos? Pergunta especial caberia à Presidente da República, Dilma Rousseff, que vetou o kit educativo contra a homofobia proposto pelo MEC: quantas crianças como Roliver de Jesus, com sonhos de serem artistas, poetas, escritores, filósofos, cientistas, médicos, arquitetos, juízes etc., perderemos mais, por suicídio ou assassinato, sem que nossos governantes promovam políticas educativas de combate à homofobia? O que mais governantes e gestores públicos esperam para se decidirem por corajosas políticas de enfrentamento às crueldades praticadas contras gays, lésbicas e transexuais na sociedade brasileira?

Como produto de uma educação social generalizada nas famílias e reforçada nas escolas e pelas mídias, a homofobia somente pode ser combatida por meio de uma contraeducação à educação homofóbica. Contraeducação crítica à ideologia da heterossexualidade como única via normal da sexualidade, estigmatizante da homossexualidade como anormalidade, disfunção sexual, desvio moral. Essa contraeducação não pretende ser “propaganda da homossexualidade” (como equivocadamente a Presidente da República falou à nação), mas crítica ao preconceito homofóbico e relativização de instituições históricas como a cultura da heterossexualidade, que, negando-se como invenção histórica, impõe-se como um fato natural. Aliás, se o assunto for propaganda, que dizer da heterossexualização da esfera pública por meio de outdoors, novelas, publicidades, canções, como uma espécie de reiteração social obsessiva da heterossexualidade como norma?

Para aqueles que vivem o massacre do preconceito e da discriminação, decisões são esperadas dos governantes, em todos os níveis, que sejam portadoras da esperança que teremos uma sociedade sem homofobia amanhã. De governos que se apresentam como comprometidos com transformações, não se pode aceitar que permitam a chantagem política, de natureza religiosa ou outra, em nome da governabilidade, admitindo que atrocidades continuem a acontecer contra aqueles que o preconceito pretende isolar como uma maldita espécie sexual à parte. O Brasil não necessita apenas de desenvolvimento econômico, mas também de desenvolvimento cultural, intelectual, moral. Não o terá se continuar conservador e homofóbico.

Na organização deste número, por colaboração dos autores que nos enviaram seus artigos e pelo trabalho de nossos consultores, conseguimos conjugar reflexões teóricas e metodológicas sobre as questões da homossexualidade, travestilidade e gênero nas suas diversas interfaces com outras questões sociais. Reunindo na mesma edição textos clássicos e textos que tratam de questões da atualidade brasileira e mundial, oferecemos às leitoras e aos leitores reflexões críticas sobre temas que constituem o foco da revista.

Menção especial cabe fazer às traduções de Evans-Pritchard e Paul Goodman: a primeira, realizada por Felipe Bruno Martins

Fernandes e Dennis Wayne Werner, oferece a leitura em português de texto do antropólogo britânico que está entre os principais expoentes da fundação e desenvolvimento da antropologia; seu texto sobre a homossexualidade entre os Azande, como esclarecem os tradutores, “é citado como fundador de um subcampo da etnologia comprometido com os estudos de sociedades não homofóbicas”. A tradução publicada nesta edição tem a permissão da American Anthropological Association. O segundo, a tradução de Paul Goodman, é colaboração entusiasmada do tradutor Chico Guedes, que fez chegar a Bagoas texto do escritor estadunidense, um ensaio de 1969, pioneiro no uso político do termo *queer* antes que se convertesse, em resposta à homofobia, numa categoria acadêmica e do ativismo.

A partir desta edição, a Bagoas estará disponível também no Portal de Periódicos da UFRN <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs>, em continuidade ao princípio de ampliação do acesso ao conhecimento produzido nas universidades. Continuamos com o site <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas> e com a versão impressa da revista, disponível à venda em livrarias e pelo nosso site.

Que nossa alegria com a edição de mais um número da Bagoas seja também a alegria de nossas leitoras e leitores!

Alípio de Sousa Filho

Editor